

ESTRUTURA DO VOTO

I. INTRODUÇÃO

PARTE I

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

- I. A HIPÓTESE

- II. O SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO
 1. A concepção e a aplicação das sanções penais.
 2. O sistema de execução penal.
 3. Leniência com a criminalidade do “colarinho branco”: o exemplo da AP nº 470.

- III. O INDULTO
 1. Origem, natureza e evolução do indulto. O direito comparado.
 2. O indulto no direito brasileiro.
 3. O procedimento de elaboração do decreto de indulto. Antecedentes da edição do Decreto nº 9.246/2017.

PARTE II

DISCUSSÃO DO PROBLEMA

- I. O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES
 1. A reserva legal em matéria penal e processual penal
 2. Papeis do Legislativo e do Judiciário
 3. Vedação até mesmo do emprego de Medida Provisória em matéria penal

- II. EFETIVIDADE MÍNIMA DO SISTEMA PENAL E DEVERES DE PROTEÇÃO DO ESTADO.
 1. As funções do direito penal e os bens jurídicos que se destina a proteger
 2. Obrigações negativas e positivas do Estado
 3. Deveres de proteção e mandamento da proporcionalidade

- III. MORALIDADE ADMINISTRATIVA, DESVIO DE FINALIDADE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA
 1. O princípio da moralidade
 2. O desvio de finalidade
 3. A ausência de legitimidade democrática

PARTE III
SOLUÇÃO DO PROBLEMA

- I. INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DE CRIMES RELACIONADOS AO COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO INDULTO.
- II. INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DA MULTA NO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DO INDULTO E DO ABRANDAMENTO DO TRATAMENTO CONFERIDO A CONDENAÇÕES PECUNIÁRIAS.
- III. INCONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO DE PRAZO PARA INDULTO INFERIOR AO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDEPENDENTEMENTE DO QUANTUM DE PENA
- IV. INCONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO DE INDULTO PARA CONDENADOS QUE CUMPREM PENA RESTRITIVA DE DIREITOS OU BENEFICIADOS PELO SURSIS PROCESSUAL.
- V. INCONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO DE INDULTO PARA RÉUS QUE PODEM TER A CONDENAÇÃO AGRAVADA

CONCLUSÃO

